

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

O MARQUÊS
DE POMBAL
E O SEU TEMPO

Tomo I



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1982

ARMANDO DE CASTRO *

A POLÍTICA ECONÓMICA DO MARQUÊS DE POMBAL E A SOCIEDADE PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII

Nos estritos limites dum curto depoimento suscitado pela efeméride que tem merecido a atenção dos observadores mais atentos a este catalisador duma reflexão analítica e interpretativa da vida portuguesa interrogo-me acerca do aspecto ou aspectos que em condições duma referência ultra-cinematográfica deverão ser salientados.

Mas formulada a pergunta julgo que a resposta não é difícil. Entre os numerosíssimos pontos que mereceriam a atenção de quantos se preocupam com os ensinamentos proporcionados pela vida que viveram os nossos antepassados poderíamos pelo menos salientar a oportunidade que o 2.º Centenário da morte do Marquês proporcionaria para a publicação dos seus escritos mais significativos, um trabalho em que à parte a publicação de alguns escritos, de resto com insuficiências e lacunas essenciais («Cartas e outras obras selectas do Marquês de Pombal», com várias edições no século passado), pouco mais existe digno de realce. E no entanto quer escritos do punho directo do Marquês quer uma enorme massa de documentação heterogénea por ele organizada (sobretudo depois de «A Viradeira» o ter afastado do poder em 1777) mereciam uma leitura e triagem atenta, em particular o vastíssimo fundo de manuscritos na Colecção «Pombalina» da Biblioteca Nacional de Lisboa além doutros como os existentes no «British Museum», em Londres.

Na perspectiva duma interpretação de Pombal na sociedade do seu tempo, virada para a interinfluência incindível dos condicionalismos objectivos que o comandavam e o grau

* Faculdade de Economia do Porto.

de autonomia possível da sua acção como sujeito social concretizado na personalidade que o moldava, encontra-se por certo uma das dimensões essenciais do estudo histórico que é simultaneamente viável em teoria e eficaz como guia para uma leitura da vida social posterior, incluindo a dos nossos dias.

A pedra de toque da ausência de profundidade analítica é de resto testada pela real obscuridade que ainda domina a este respeito.

Ultrapassamos por certo o primarismo das referências a Sebastião José de Carvalho e Melo que ainda persistiam não há muitos anos, quando a sua acção pública se apreciava em função dos quadros ideológicos mais simples do intérprete, quantas vezes centrados em torno do acto político da «expulsão dos jesuítas»...

Mas desde esse estádio ao esboço duma interpretação teoricamente sistemática vai um abismo que está longe de colmatado e que é afinal o seu núcleo medular: para além do conhecimento da acção própria do primeiro ministro do rei José I quais os condicionalismos radicais que o espartilhavam e em que medida a sua actuação foi até essas fronteiras?; qual o sentido da sua prática política dentro daquilo que lhe era estruturalmente imposto e de que naturalmente ele próprio não podia tomar consciência?

Trata-se como é óbvio duma tarefa concreta extremamente vasta que se desmultiplica em numerosas direcções sem excluir as que relevam da caracterização da mentalidade e das ideologias da época, que por outro lado se não podem entender à revelia das imposições do meio social; é que certamente tem razão de ser a afirmação de que o grau de ocultação ideológica dum indivíduo não resulta da sua relação consigo mesmo e com a linguagem, decorrendo antes do ambiente cultural e ideológico que presidiu à sua formação sob o pano de fundo dos eixos centrais das estruturas económico-sociais em que se insere...

Não poderemos avançar metodologicamente — insiste-se, metodologicamente — sem levar a cabo uma batalha investigadora em duas frentes; uma respeitada à actuação concreta do vulto histórico que se examina; a outra voltada para as características do meio social, sucedendo até que este participa na moldagem das fronteiras do seu espaço ideológico e mental como sucede com qualquer indivíduo.

Supõe-se ser assim inegável que a invocação dum vulto histórico numa atitude de eficácia prospectiva do tipo que temos de exigir a qualquer leitura teórica, como tal inconfundível com quaisquer pragmatismos, exige no nosso caso inevi-

A política económica

tavelmente que compreendemos a dialéctica básica da inter-relação entre a acção subjectiva do personagem ou personagens que nos prendem a atenção e as estruturas sociais coetâneas.

Uma via metodológica possível ao cumprimento deste programa residirá em apreender as estruturas económico-sociais de tipo axial da sociedade portuguesa entre meados e o último quartel do Século XVIII porque aí encontramos realidades com as quais Pombal não podia deixar de se identificar. E se pudermos verificar em que medida tais estruturas eram ou não compatíveis com uma modernização radical historicamente possível pelo padrão dos países europeus então dominantes no sistema económico-político de âmbito mundial, então será possível apreciar a real eficácia, assim objectivada, daquilo que o Marquês de Pombal realizou politicamente. Menos do que isto deixar-nos-ia um tosco «retrato-robot» deste político cimeiro dentre uns cento e cinquenta a cerca de duzentos anos atrás...

É sabido por exemplo que uma das suas preocupações centrais manifesta-se logo nos relatórios e correspondência da sua vida diplomática entre 1738 e 1749 na enorme hegemonia inglesa e que para além disso sobe ao poder numa situação de crise estrutural do sistema económico português.

O que se pergunta é o que é que fez, quais os resultados e se, mesmo os que foram em certa medida positivos, alteraram e poderiam ter alterado as raízes mais profundas da dependência nacional face à Inglaterra e se seria viável, dentro dos limites das realidades sociais com que se identificava, extirpar essa crise estrutural histórica.

A sua grandeza como dirigente político não pode ser afectada pelo facto de não ter tocado nas estruturas do «antigo regime» com que se identificava mas naquilo que pode fazer dentro dessas condicionantes que por exemplo não permitiam dinamizar a sociedade a ponto de lançar uma modernização que trouxesse o progresso agrícola e o avanço não-pontual e não superficial das actividades industriais nem tão pouco sacudir a esmagadora dominância britânica, embora tenha sido possível melhorar a balança comercial com a Inglaterra nos começos da década de 1770.

Outro teste significativo das condicionantes estruturais respeita à quase nula intervenção na agricultura, à parte na política vinícola e na criação da «Real Companhia dos Vinhos do Alto Douro». E poderia ser doutro modo quando nas relações agrárias estava o apoio primordial das relações de tipo feudal-senhorial? E que o regime em que Pombal pessoalmente se integrava (e em que de resto reforçou a sua integração)

por esta época fenecia mas só fenecia nos subterrâneos do processo histórico, sendo sabido que a sua desagregação última só viria a verificar-se quase cem anos mais tarde, digamos, entre 1820 e 1860...

Se tomarmos a sua política mercantil ligada à exploração colonial do Brasil e, ainda mais nitidamente a política industrial que desenvolveu, esta conflitualidade activa, com os limites insuperáveis dentro dos quais se movia, torna-se ainda mais patente.

Compreende-se o orgulho com que depois da demissão elogiava a sua própria política em escritos reunidos ou elaborados no «Retiro de Pombal» como na «Quinta inspecção. Sobre o estabelecimento das artes fabris e manufactureiras» (Biblioteca Nacional de Lisboa, colecção «Pombalina», Códice n.º 695, fls. 296 a 304) onde depois de algumas considerações doutrinais em que se invoca nomeadamente o exemplo de Colbert se lembram as indústrias estabelecidas como aliás ele próprio já fizera em 1775 a propósito da inauguração da estátua equestre do rei; enumerando-se os nove princípios que a economia do estado e aritmética política estabeleceram aponta-se em segundo lugar «o estado das Artes Fabris, ou officios mecânicos, que são os braços e as mãos de todos os Estados; e quando antes tudo, o que eles (estrangeiros) costumavam fabricar, entrava pela Barra, vindo dos Reinos estrangeiros, se viu agora, quando as manufacturas nacionais florescem porque se fabricam em obras de ouro, e de prata, e de lã, e de seda, ferraria de marcenaria, de correaria, etc., tudo o necessário para os vestidos e galas de ambos os sexos; para ornato das casas, e mesas e para as ricas e numerosas carruagens de uma tão brilhante função sem que viesse de fora coisa alguma: porque até os espelhos, placas e vidros de beber foram feitos nas fábricas do Reino por vassallos de Vossa Majestade».

Na «Quinta Inspeção» seriam mencionadas múltiplas indústrias criadas ou desenvolvidas sob a sua égide: fabrico de panos para fardamentos da tropa reformados e engrandecidos nas três comarcas da Guarda, Castelo Branco e Pinhel, desenvolvimento das fábricas da Covilhã tendo «quase cessado» as importações de panos ingleses; formaram-se novos artífices, tecelões, tintureiros e desenhadores; surgiram indústrias de veludos, estofos de ouro, prata e de vários «tecidos do mais esquisito»; fábrica de chapéus, fabrico das sedas, oficinas estabelecidas em Lisboa, Porto, Elvas e Pombal; fabrico de meias de seda que não havia em Portugal; a fábrica de caixas e diches de ouro, prata e tartaruga; a fábrica de verniz fino; fabrico de bolas de jogo do taco; de pentes e de toda a sorte de obra de marfim; de seda crua; fabrico de toda a sorte de

vidros cristalinos e lavrados, de garrafas, galhetas, etc.; fabrico de botões para toda a sorte de vestidos; fabrico de loiça fina estabelecida na Praça do Rato; fabrico de toda a sorte de quinilharia; refinação de açúcar que antes se exportava em bruto a 2 vinténs e cinquenta rs. cada arroba; fabrico de obras de serrallharia e de torno de ferraria; fábrica da escola de desenho e da escultura em mármore; fabrico de obras de marcenaria e marchetaria; as pescarias de Montegordo e de outras praias e costas do Algarve; a pescaria das baleias; fabrico de armas de fogo no Arsenal do Exército e no Arsenal da Marinha...»

Eis aqui uma descrição sucinta extraída dos próprios papeis do Marquês de Pombal... Poderia adicionar-se o esforço no artesanato de cutelaria, relojoaria, fundição de metais, o revigoramento da Real Fábrica das Sedas do Rato, cambraias, pelica e peles, grude; destacar-se a Fábrica de Vidros da Marinha Grande de Guilherme Stephens, óleo de peixe em Aveiro e Ovar, lonas, enxárcias, tapeçarias em Tavira...

Tudo isto é conhecido. Porém o que importa é colocar a questão de saber qual o seu alcance possível no processo histórico da formação do Portugal moderno.

Os seus aspectos imediatos e directos são obviamente apodíticos. Abrangem mesmo a formação duma certa mão de obra especializada e a fixação de algumas instalações industriais de tipo artesanal e manufactureiro que subsistiram depois.

Simplesmente o que não sucedeu — nem poderia suceder — é estar aqui uma base ou até uma das bases daquilo que haveria de ser a «industrialização possível» do Século XIX com a tecnologia da maquinofactura e da energia do vapor e na base económica das relações capitalistas caracterizadas pela propriedade privada livremente agindo na concorrência do mercado e utilizando uma mão-de-obra assalariada «forçadamente espontânea». E não tem nada de intrigante chegar a esta conclusão...

Se percorrermos num breve conspecto algumas das medidas mais significativas contra aquilo a que podemos chamar por um lado os estrangulamentos insuportáveis das estruturas do antigo regime e por outro lado — o que é mais significativo — quanto a gestão das forças espontâneas da acumulação capitalista (nesta fase necessariamente pontuais) — podemos verificar que se é certo que algumas das primeiras já irrompem sob a administração pombalina (e mesmo esporadicamente antes de 1750), as últimas vão apenas lucilar timidamente aquém do último quarto do Século de Setecentos, quer dizer, na época pós-pombalina...

Não se poderá considerar isto um bom estalão acerca dos limites históricos dentro dos quais importa ventilar objectivamente as fronteiras intransponíveis da acção de José Sebastião de Carvalho e Melo e também por isso mesmo do alcance positivo da sua acção?

Medidas mais variadas ditadas por considerações dum pragmatismo económico inegável imposto pelas condições objectivas foram sem dúvida tomadas desde os inícios da presença de Pombal no governo; basta recordar em 1751 a emancipação dos índios brasileiros; em 1761 a abolição da escravatura no reino; em 1765 a supressão de alguns dos encargos que impendiam sobre a circulação de víveres em Lisboa e seu termo (de 12 de Fevereiro) e a lei mais geral de 1773; ou o fim do monopólio senhorial do sabão que nessa altura estava nas mãos do conde de Castelo Melhor indemnizado pela sua perda (lei de 20 de Dezembro), pondo fim a um dos mais odiosos privilégios senhoriais de que os povos se queixavam amargamente há séculos pois já encontramos reclamações deste teor ao longo das Cortes do Século XV; os pequenos ataques ao morgado em 1766 e 1769 a que se seguiu a supressão das mais pequenas instituições vinculares deste género (com rendimento inferior a 200\$000 reis na Estremadura e Alentejo e inferior a 100\$000 no resto do país), uma organização de interesse fundamental para a fidalguia e que mais de meio século depois ainda Mousinho da Silveira não foi capaz de abolir completamente, bem como certo controlo dos poderes senhoriais pelos forais. São depois certas medidas como as que criaram algumas infraestruturas em vias de comunicação terrestre, elemento evidentemente importante para o desenvolvimento do mercado interno.

Porém não é possível deixar de observar que as providências de longe mais significativas surgem precisamente a partir de 1775/1780, ao mesmo tempo que se assiste a uma certa inversão na política industrial, tanto de administração directa das instalações pertencentes ao Estado (conforme referiu José Acúrsio das Neves nas «Variedades...») como dos empréstimos a particulares; mas o mais elucidativo foi a entrega de instalações à iniciativa de particulares (outro ponto que o autor das «Variedades...» sublinhou a página 231 dessa obra...).

Não podemos ir aqui além de indicações tipológicas com a restrição adicional de terem em vista ler por contrastação parte das condições histórico-estruturais da governação pombalina.

Esta viragem de política económica é extremamente significativa na medida em que as relações capitalistas para se

desenvolverem revolucionando as relações do antigo regime careciam da iniciativa particular livre acumulando capitais em vez do sistema pombalino de monopólios industriais e de apoios preferenciais em créditos; assistimos mesmo esporadicamente no período até 1775 a uma ou outra unidade de particulares passar para o Estado (caso da Fábrica de Sedas do Rato que surgira por iniciativa particular em 1734). Segundo a «Relação das Fábricas» de 1788 nesta altura já tinham passado da coroa para particulares umas catorze instalações industriais em Lisboa, uma em Pombal, uma na Covilhã, uma no Fundão, outra em Coima e ainda mais uma em Pernes; são particularmente significativas as transferências deste género verificadas entre 1788 e 1799, ainda que nem sempre a propriedade fosse entregue aos novos dirigentes fabris mas apenas a livre administração por um período determinado, embora podendo atingir vinte anos eventualmente prorrogáveis.

É assim que em 25-3-1788 era entregue a dois particulares a Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre e poucos meses depois (3-6-1788) as Reais Fábricas de Lanifícios da Covilhã e do Fundão «por ser muito conveniente passarem à administração de particulares», diz-se aí. Em 6-7-1792, com o fundamento «da experiência das grandes vantagens e progressos das Fábricas que depois de criadas e estabelecidas à custa da minha Real Fazenda, têm passado para a Administração de particulares, os quais com seus cabedais, e com zelo do bem público, e do Meu Real Serviço, têm efectivamente promovido a sua perfeição e adiantamento...» manda-se vender a Real Fábrica de Lençaria e Tecidos de Alcobaça a dois particulares. O alvará de 23 de Janeiro de 1799, proclamando as vantagens colhidas da entrega à direcção particular das fábricas de lanifícios da Covilhã, do Fundão e de Portalegre, mandava entregar a administração de todas elas a três industriais por vinte anos prorrogáveis por mais dez...

E embora as relações agrárias não fossem transformáveis sem a revolução que a burguesia iria empreender a partir de 1820, que avançaria substancialmente em 1834 e se estenderia pelos decénios imediatos, mesmo assim sobre a base dum progresso económico para que contribuiria a alta de preços dos produtos agrícolas e a consequente acumulação de lucros que proporcionava (não sendo por acaso certamente que por esta época se comesçassem a multiplicar as análises doutrinárias de tipo fisiocrático, ainda que longe da pureza doutrinária dos autores franceses «da seita dos economistas» como sem qualquer sentido pejorativo chamavam a Quesnay e seus partidários...) acentuam-se providências pontuais de liberta-

ção da terra e de desbloqueamento da circulação agro-pecuária...

É assim que por exemplo se tomam medidas no sentido da passagem de baldios à posse particular (ainda que esta tendência já fosse verificável desde começos do século anterior) como através da lei de 23-7-1776. Especialmente significativa é a medida tomada para as regiões de Serpa e de Moura em 7-8-1793 proibindo aí a existência de pastos comuns; eis uma antecipação duma das providências mais profundas que o liberalismo adoptaria algumas dezenas de anos mais tarde, revolucionando as relações agro-pecuárias e suscitando ao mesmo tempo resistências tenazes dos interesses multi-seculares atingidos.

No mesmo sentido, ainda que impostas pelas difíceis situações financeiras do Estado, vão sendo vendidos a particulares alguns bens da coroa; se uma decisão deste género não é inédita no período do governo pombalino desde 1762 passando pelas medidas de 1768 e 1769, surgem outras em 20-7-1793 e 20-8-1798, em 2 e 4-4-1799, (esta última permitia que todo o preço de compra de bens na administração da Real Fazenda pudesse ser satisfeito com papel-moeda, as chamadas «apólices pequenas» com curso forçado).

Não cabe nos limites desta análise sumária salientar toda a orientação político-económica resultante duma maturação de necessidades objectivas no sentido de demolir certas barreiras às relações capitalistas larvares tanto na circulação como mesmo na produção.

Supõe-se que as indicações dadas já permitem formar uma ideia aproximada das verdadeiras modificações que caracterizam o período pós-pombalino e que representam indícios e elementos de transição para o Portugal moderno, posto que duma maneira extremamente circunstancial e limitada. Todavia, seja como for, está aqui uma dimensão axial das diferenças entre o terceiro e o último quartel do Século de Setecentos permitindo enquadrar o significado da política pombalina e os limites dentro dos quais tinha de se mover... São medidas de tímida libertação das peias feudais sobre a terra que avançaram ainda com a extinção das pequenas capelas em 1788 e sobretudo com o golpe dado no poder jurisdicional das entidades senhoriais e sucessivas etapas indo desde o Alvará de 27-4-1789 até ao ataque contra os poderes dos donatários em 19-7-1790 e o Alvará de 7-1-1792 que extinguiu todas as ouvidorias nas donatarias, etc., etc. Ou ainda a desprivatização e organização do sistema dos correios, sendo que as comunicações representam um elemento de informação essencial ao progresso do comércio (15-2-1799), a protecção à cir-

culação mercantil (por exemplo disposições de 14-3-1780, de 24-9-1788, etc.)...

É pois essencial a investigação complexiva conduzida tanto na esfera das relações económico-sociais em que centramos estas observações como ainda nos demais domínios que com ele se inter-relacionam, desde o político até ao cultural e ideológico; e se, além disso, for possível construir a explicação estrutural profunda da sociedade portuguesa sob o governo férreo de Pombal e se depois, em iguais condições teóricas, cotejarmos com o período posterior cobrindo sensivelmente os trinta a trinta e um anos que vão de 1775 a 1806, então teremos a possibilidade de partir para a nova aventura teórica que finalmente nos fornecerá o enquadramento para a leitura da actividade do Marquês de Pombal; é que esses aspectos de interpretação profunda são ao mesmo tempo um resultado e uma premissa para a explicação do lugar que cabe ao primeiro ministro do rei José I na história de Portugal. Tarefa, diga-se em jeito de comentário final, que não representa senão uma concretização da «*démarche*» geral que permite eliminar as leituras superficiais e as torções ideológicas quando se querem captar fenómenos sociais...